

OBJETIVO ESTRATÉGICO A. Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade

Meta 1 - Até 2020, no mais tardar, as pessoas terão conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que poderão tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável

Em um país de dimensões continentais, como o Brasil, a produção de estatísticas e pesquisas de opinião são sempre desafiadoras não só pelo custo envolvido, mas também pela qualidade das bases de dados. A maneira mais abrangente de se captar o conhecimento da sociedade acerca dos valores da biodiversidade é a pesquisa de opinião. A iniciativa "O que pensa o brasileiro sobre a biodiversidade?", desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Vox Populi e ISER em 1992, 1997, 2001 e 2006, durante estes anos narrou a evolução do grau de consciência do brasileiro sobre biodiversidade. A edição de 2012 passou a se chamar "O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável?". O conhecimento acumulado é muito rico e embora o escopo tenha sido ampliado na última edição, o que é positivo, pois se atualiza ao encampar novos temas. Nem todas as perguntas se repetem ao longo dos anos impedindo assim uma análise evolutiva mais consistente. De qualquer maneira, as informações são valiosas e úteis para embasar melhores políticas, programas e inclusive novas pesquisas. A seguir são apresentados os resultados mais relevantes para o propósito desta publicação:

• O desmatamento continua sendo apontado como o maior problema ambiental brasileiro (67%) (Gráfico 1) com uma clara implicação de perda de biodiversidade. Infere-se que a evolução desta percepção (1992: 46%; 1997: 45%; 2001: 49%; 2006: 65%) (Gráfico 2) tem uma estreita relação com a divulgação contínua de dados e imagens sobre vastas áreas desmatadas na Amazônia e também na Mata Atlântica e com o fato de nos últimos anos ter se ampliado os espaços sobre o tema nos noticiários, documentários e demais programas na grande mídia. Isso significa que a população brasileira é sensível ao assunto e que reflete sobre as informações que recebe. No mais, é só lembrar a mobilização da sociedade por ocasião das votações

1 <http://www.mma.gov.br/informma/item/8588-pa%C3%ADs-est%C3%A1-mais-consciente>. Acessado em 7/2/2013

Desmatamento como o principal problema ambiental do Brasil- Ano 2012

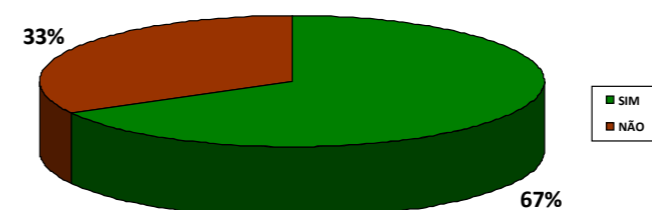


Gráfico 1. Pesquisa de opinião realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Vox Populi e ISER- "O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável?"

do Novo Código Florestal em 2011 e 2012.

- As áreas protegidas são conhecidas no seu significado por 56% dos entrevistados.
- Sobre o conhecimento da destruição da biodiversidade, 50% acusam que não ouviram falar, 49% afirmam que sim e 1% não soube responder. Se por um lado o desmatamento tem implicações diretas na perda de biodiversidade, parece não haver uma completa conexão entre os assuntos para os respondentes.

No que se refere à disposição em contribuir com dinheiro para proteger biomas ameaçados, a Mata Atlântica pontua com 19% das intenções sendo que a Amazônia atrai as atenções com 51% dos votos. A resposta não é exatamente uma surpresa uma vez que este bioma, bem mais que os demais biomas brasileiros, de fato ocupa um espaço de grande destaque na mídia inclusive como já mencionado, devido ao permanente monitoramento e divulgação das taxas de desmatamento. Os respondentes que disseram "nenhum" ou "não sabe", somam 9%.

A União pelo Biocomércio Ético (UEBT)², conduz

2 <http://www.ethicalbiotrader.org/resources>. Acessado em 10/1/2013.

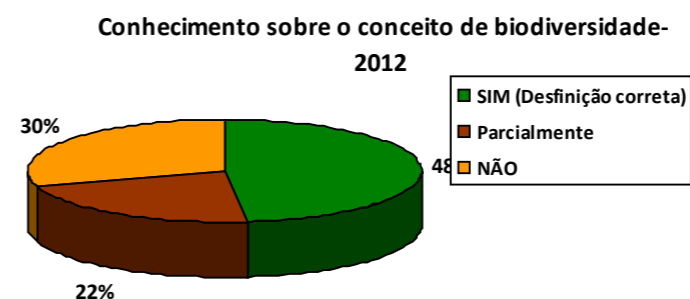


Gráfico 3. Pesquisa de opinião União pelo Biocomércio Ético (UEBT), 2012.

Desmatamento como o principal problema ambiental do Brasil - Ano 2006

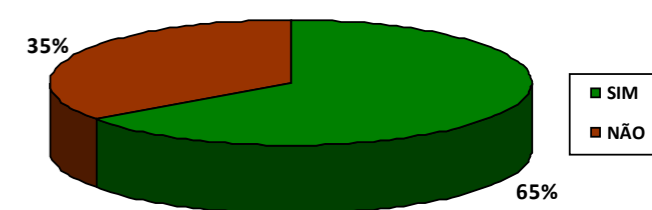


Gráfico 2. Pesquisa de opinião realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Vox Populi e ISER - O que pensa o brasileiro sobre a biodiversidade?

anualmente uma pesquisa que busca avaliar o entendimento sobre biodiversidade e noções relacionadas ao tema em vários países. Em 2010 ela passou a incluir o Brasil e em 2012 revela que a consciência dos brasileiros a respeito de biodiversidade está entre as mais elevadas do mundo. Quando questionado sobre se já ouviu falar sobre biodiversidade, 97% respondem positivamente. Número bem mais elevado do que em países com maior renda per capita e nível educacional. Sobre o que é biodiversidade, 48% (41% em 2011) possuem a definição correta e 22 % respondem parcialmente³ (Gráfico 3 e 4). Apesar de a compreensão ser menor, o fato de que quase metade das respostas é correta é algo nada desprezível. O Brasil, juntamente com a Coreia do Sul, possui o melhor desempenho em comparação com os demais aos países estudados.

Se por um lado os números mostram que é necessário um esforço maior e mais organizado de comunicação, por outro lado mostram que o brasileiro está atento ao assunto e demonstra receptividade para o tema. É importante não

3 Não é apresentada contabilização de respostas parcialmente corretas para 2011.

Conhecimento sobre o conceito de biodiversidade- 2011

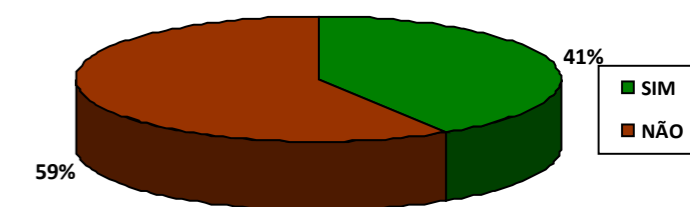


Gráfico 4. Pesquisa de opinião realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Vox Populi e ISER - O que pensa o brasileiro sobre a biodiversidade?

Brasileiros que manifestaram a favor de uma nova discussão do Código Florestal - 2011

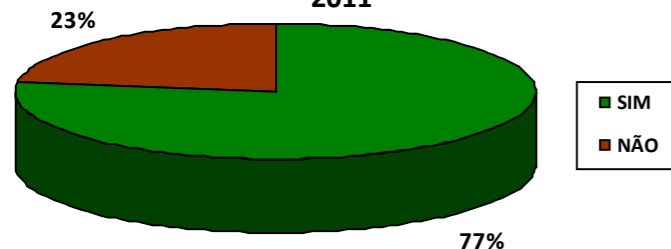


Gráfico 5. Pesquisa Datafolha 2011 aponta que o brasileiro disse não para o texto que a câmara aprovou, propondo uma nova discussão do código e manifestação da ciência

somente ter conhecimento acerca do valor da biodiversidade, mas também conseguir transformá-lo em ações que a valorizem adequadamente. O exemplo mais recente de maior mobilização ocorreu por ocasião da reforma do Código Florestal. Não se trata de um tema novo uma vez que os debates sobre a lei iniciaram-se em 2009. Para tanto, foram fundamentais não só a base de conhecimento científico, mas também a articulação da sociedade civil organizada, da academia, dos formadores de opinião e do cidadão individualmente. Conforme resultados da pesquisa Datafolha⁴ de 2011, o brasileiro disse não para o texto que a câmara aprovou, porque é contrário ao perdão a multas para quem desmatou ilegalmente e para alterações

4 <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/929142-datafolha-indica-que-80-rejeitam-corte-de-protecao-a-matas.shtml>. Acessado em 20/4/2013.

Figura 1. Evolução do processo de aprovação do Novo Código Florestal no Congresso Brasileiro em 2012.

Cronologia do Processo de Votação do Novo Código Florestal em 2012

25 maio 2012

- Lei nº 12.651/2012- dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

25 maio 2012

- Medida Provisória nº 571/2012 - altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006, revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências

18 setembro 2012

- Câmara aprova medida provisória do Código Florestal alterando o texto original enviado pela presidente Dilma Rousseff



em áreas de preservação permanente (APP). Mais de um ano depois, tanto a questão das multas quanto a metragem das APP continuavam alvo de polêmica. Um número bastante emblemático apontado pela pesquisa é que 77% disseram que a discussão do código deveria ser adiada para que a ciência pudesse se manifestar (Gráfico 5).

O Código Florestal, em função da sua inquestionável relevância para o ordenamento legal das florestas brasileiras (Figura 1), constitui-se um grande destaque quando se trata de metas de diversidade biológica. O ano de 2012 foi palco de um dos mais intensos períodos de debates e disputas desde que a lei entrou em processo de revisão no congresso nacional. Inúmeras foram as sessões oficiais, extraoficiais, documentos, artigos e matérias na mídia brasileira e do exterior.

25 setembro 2012

- Senado aprova MP sem alterações em relação ao texto votado na Câmara.

17 outubro 2012

- vetos (9) da presidente Dilma Rousseff ao texto da câmara
- Decreto nº 7.830 - dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.

Para equacionar os vetos da presidente ao texto da câmara.

- Lei nº 12.727/2012 - altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.

Conversão da MP 571/2012, altera a lei 12.651/2012.

Considera-se que há pelo menos três questões, que ao final de 2012 ainda causavam desconforto, e que deverão ser objeto de debates e manifestações ao longo dos próximos anos, sendo elas (i) APP; (ii) benefícios para pequenas propriedades que foram estendidos para médias e grandes; (iii) interpretação sobre anistia ou não para desmatamentos anteriores a julho de 2008.

Os protestos tiveram curso por meio de petições, redes sociais, vídeos, manifestações e passeatas, muitas delas dentro do Congresso.



Em 2012, outro movimento que catalisou atenções foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio + 20. Considerado um dos maiores eventos já realizado pela Nações Unidas, a Rio+20 contou com a participação de chefes de estados de cento e noventa nações. Evento internacional hospedado pelo Brasil, apesar de não ter sido focado em biodiversidade, chamou a atenção do público para a importante questão do desenvolvimento sustentável, que sem dúvida para o país, nunca será tratado de forma descolada da conservação e uso racional dos ecossistemas naturais e seus serviços decorrentes. O evento teve uma agenda paralela variada e extensa o que fez alguns participantes avaliarem que esse fenômeno dificilmente teria acontecido em outro país.



De maneira geral a população encontra cada vez mais canais para acessar informações e análises. Isto se dá devido à multiplicidade de formatos a baixo custo que a internet viabilizou, tendo sido multiplicadas as publicações online, blogs, petições, documentários, vídeos, textos jornalísticos e científicos dentre vários outros.

A ONG Avaaz, por exemplo, tem como objetivo mobilizar pessoas de todos os países para construir uma ponte entre o mundo em que vivemos e o mundo que a maioria das pessoas querem. Neste endereço pode-se criar ou aderir a petições online. Estima-se que no Brasil haja três milhões de usuários dos seus serviços, em causas geralmente

instrumento de formação política na medida em que o cidadão eleitor ao mesmo tempo em que passa a conhecer e se aprofundar nas questões ambientais, leva demandas muito claras aos futuros dirigentes municipais. Trata-se de um instrumento de mobilização formatado pela Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista e a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) e pode ser obtido em:

<http://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2012/07/plataforma-2012-1.pdf>.

Além do ambiente virtual, várias agendas com atividades de campo são organizadas por inúmeras organizações não governamentais Brasil a fora. A AMANE (Associação para Proteção da Mata Atlântica do Nordeste), por exemplo, organizou um mutirão de combate às espécies exóticas que propiciou uma vivência de campo para alunos do ensino médio e superior, com moradores e inclusive agentes da CIPOMA (Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente de Pernambuco) e do Corpo de Bombeiros que retiraram mais 10.000 plântulas exóticas de unidades de conservação (ver mais na meta 9). Atividades como estas se multiplicam às centenas no Brasil e propiciam não apenas um maior conhecimento sobre nossa biodiversidade mas uma efetiva educação ambiental que gera mobilização e novas lideranças neste campo.

Na média, o cenário para o atingimento da Meta 1 é positivo no Brasil e particularmente na Mata Atlântica. A sensibilização para uma causa é um processo difícil e demorado, mas as pesquisas mostram que este caminho já foi percorrido em grande medida na questão ambiental e especificamente em biodiversidade no país. É um primeiro e importante passo. A mídia usa corriqueiramente a nomenclatura Mata Atlântica sem correr o risco de não ser compreendida. No MEC (Ministério da Educação e Cultura), os biomas brasileiros, suas características e ameaças já fazem arte das diretrizes para o ensino fundamental e médio constituindo-se em grande avanço. Seja por condições históricas ou ainda por outros motivos, o cidadão brasileiro ainda participa pouco dos debates nacionais e menos ainda busca maneiras de intervir por mudanças que deseja. A porcentagem da

relacionadas a questões socioambientais.

Outro exemplo de mecanismo que traduz e potencializa o conhecimento-ação é a iniciativa Plataforma Ambiental aos Municípios 2012. A plataforma apresenta os principais pontos da agenda socioambiental que precisam ser discutidos, respondidos e solucionados pelos prefeitos e vereadores eleitos. Funciona como um

população que efetivamente se mobiliza é pequena e segmentada, sendo majoritariamente moradora de grandes cidades e com algum vínculo com ONG (organização não governamental) ambientais e sociais. Há, portanto, grandes avanços, mas com grandes desafios a serem vencidos na mobilização dos brasileiros. As grandes mobilizações ocorridas no Brasil em 2012/2013 apontam mudanças neste cenário, ainda a serem mais bem compreendidas.

DESTAQUES DA META

- A edição de 2012 da pesquisa de opinião do MMA/ Vox Populi e ISER passou a se chamar “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável?” e embora tenha sido ampliado o seu escopo, o desmatamento continua sendo apontado pelos brasileiros como o maior problema ambiental;
- A União pelo Biocomércio Ético (UEBT) revelou em 2012 que a consciência dos brasileiros a respeito de biodiversidade está entre as mais elevadas do mundo. Quando questionado sobre se já ouviu falar sobre biodiversidade, 97% dos pesquisados responderam positivamente;
- O ano de 2012 foi palco de um dos mais intensos períodos de debates e disputas sobre o Código Florestal. As manifestações em defesa do Código Florestal foi o exemplo mais significativo de grande mobilização;
- A iniciativa Plataforma Ambiental aos Municípios 2012 apresentou os principais pontos da agenda socioambiental que deveriam ser discutidos, respondidos e solucionados pelos candidatos a prefeitos e vereadores;
- A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), Rio + 20, foi considerada o maior evento já realizado pela Nações Unidas e catalisou atenções durante o ano de 2012, do país e do mundo, para a questão do desenvolvimento sustentável.

- Fomentar junto à sociedade ações que viabilizem a melhor compreensão e conhecimento sobre o tema ambiental, sobre o conceito e valor da conservação da biodiversidade;
- Ampliar a disponibilização e o acesso à informação a respeito da Mata Atlântica tanto nas escolas, como também na grande mídia;
- Ampliar as possibilidades de conhecimento e vivência direta em ambientes da Mata Atlântica, especialmente fortalecendo o ecoturismo e a educação ambiental nas Áreas Protegidas.
- Um campo que pode ser melhor explorado é o de voluntariado. Segundo o IBOPE, apenas 18% da população pratica o trabalho voluntário;
- Criar novas ferramentas de mobilização e interação socioambiental que possibilitem aos brasileiros uma maior compreensão e prática de ações que auxiliem a conservação e proteção do bioma Mata Atlântica;
- Promover maior transversalidade do tema ambiental articulando e mobilizando as diferentes políticas públicas setoriais;
- Ampliar o compromisso político no que diz respeito à divulgação de informações relevantes à conservação da biodiversidade.

DESAFIOS QUE PERMANECEM

Meta 2 - Até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e redução de pobreza e em procedimentos de planejamento, sendo incorporados em contas nacionais, conforme o caso, e sistemas de relatoria

Eleitas como um dos eixos centrais da Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), a redução da pobreza e o uso racional dos recursos naturais não são temáticas novas, tendo sido globalmente abordados pela Avaliação Ecosistêmica do Milênio, publicada em 2005. Também considerados no Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), com o objetivo de que os países atinjam um alto desenvolvimento humano com um baixo impacto sobre os ecossistemas e os recursos naturais per capita. A edição 2013 deste relatório traz pela primeira vez o cálculo da pegada ecológica dos países. Isso significa que além de educação, renda e PIB (Produto Interno Bruto), o capital natural também passa a ser considerado como indicador de desenvolvimento humano, o que é mais do que razoável, mas nem por isso amplamente aceito e considerado.

Outro sinal significativo, também originado pelo sistema ONU (Organização das Nações Unidas), foi o lançamento de um novo indicador voltado para incentivar a sustentabilidade, o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), que passará a ser medido a cada dois anos. Em adição ao PIB e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), são considerados o capital manufaturado, o capital humano e o capital natural, evidenciando assim a verdadeira situação da riqueza das nações e a sustentabilidade do seu crescimento⁵. Entre 1990 e 2008 o Brasil, apesar de registrar crescimento do PIB em 31%, diminuiu seus recursos naturais per capita em 25%. Na medição pelo IRI, o crescimento do Brasil foi de 18% (UNU-IHDP e UNEP, 2012).

⁵ O capital manufaturado é definido como sendo de infraestrutura, bens e investimentos. O capital natural inclui combustíveis fósseis, minérios, florestas, pesca e terras agrícolas. O capital humano inclui educação e competências.

Um enfoque adicional a este debate tem sido a questão da desigualdade. A seguir são citadas reflexões de dois autores e professores da USP (Universidade de São Paulo). Para José Eli da Veiga, “a reforma necessária é estrutural e vai ao coração do modelo macroeconômico sobre o qual o capitalismo moderno foi construído. E que fez do consumo o motor de tudo, inclusive da estabilidade social”⁶. Complementa ainda que os problemas da desigualdade precisam ser enfrentados não só no nível internacional, mas dentro das nações, a fim de que estes possam crescer e se desenvolver com qualidade. Para Abramovay (2012), uma nova economia, deve se pautar pelo aumento da eficiência e pela redução da desigualdade no uso dos recursos, apoiando-se na ética nas tomadas de decisão. Mais do que pobreza, o que não é pouco, os autores ressaltam a perspectiva da desigualdade⁷. Desigualdade e pobreza não são uma mera questão de renda, mas também de acesso à saúde, educação, infraestrutura sanitária entre tantas outras necessidades básicas que precisam ser alcançadas valorizando-se o capital natural e não ignorando-o na contabilidade das nações.

No Brasil, a iniciativa mais explícita ao aliar redução de pobreza e conservação de recursos naturais, é um desdobramento do Programa Bolsa Família, do governo federal, conhecido internacionalmente como uma das maiores ações em erradicação da pobreza no mundo por meio da transferência de renda para aproximadamente 13,5 milhões de famílias. O Programa Bolsa Verde (Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Lei 12.512/2011) parte integrante do Plano Brasil Sem Miséria⁸, busca contribuir para erradicar a pobreza em áreas rurais ao mesmo tempo em que incentiva a conservação dos recursos naturais do país.

A meta para 2014 é incluir até 73 mil famílias. Na segunda etapa, 2012, ampliou-se o programa Bolsa Verde da região Norte para o restante do país. Atualmente a região Norte concentra 64% das áreas abrangidas pelo programa, a região Nordeste 26%; a

⁶ Entrevista concedida à Revista Página 22. FGVces. Edição 57. 2011. <http://pagina22.com.br/index.php/2011/10/a-questao-e-macro>. Acessado em 3/4/2013.

⁷ Para mais sobre a diferenciação entre pobreza e desigualdade: <http://www.zeeli.pro.br/345> e <http://www.youtube.com/watch?v=OLH3rNxGxP8>. Acessado em 3/4/2013.

⁸ A finalidade é alcançar brasileiros em situação de extrema pobreza que vivem em diferentes regiões do país e que vivem fora da rede de proteção e promoção social.



região Sudoeste 6%, e a Centro-Oeste 4%. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome quase metade das pessoas em situação de extrema pobreza (46,7 %) está no campo e portanto esta faixa da população precisa ser atendida conforme seu perfil (Programa de Apoio à conservação Ambiental- Bolsa Verde, 2013). Espera-se que em breve sejam divulgados mais detalhes sobre a distribuição geográfica e os resultados do programa de forma a possibilitar uma análise sobre seus impactos no bioma Mata Atlântica.

As contas nacionais, outro aspecto da Meta 2, ainda não consideram o capital natural acumulado ou depreciado o que gera distorções sobre o que está de fato acontecendo na economia. Este fato de longe é uma exclusividade do Brasil, mas certamente há outros países com esforços mais concentrados na tratativa do assunto. Em 2030 serão 150 milhões de brasileiros como população ativa e não será possível um padrão de vida digna apoiando a economia

somente na força da agricultura e na exploração do petróleo e outros commodities internacionais. Os recursos naturais da Mata Atlântica foram à âncora da expansão econômica no passado em um modelo contestado por muitos e que hoje se repete em grande medida em outros biomas brasileiros.

Na Mata Atlântica por exemplo,, setores como a agrofloresta e o manejo de espécies como erva mate, palmito juçara (a venda em grande porte clandestina), piaçava, pinhão, plantas ornamentais e outras que não mereceram a adequada atenção dos economistas. O mesmo ocorre com atividades como o Ecoturismo aliado às Unidades de Conservação e toda uma ampla gama de serviços ambientais proporcionada pela conservação e restauração da floresta.

A contabilidade nacional é crucial para que decisões e políticas públicas consequentes constituam-se parte do modelo de desenvolvimento do país. Um passo nesta direção é a elaboração do TEEB-Brasil (A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade), que está sendo conduzido pelo MMA, Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) e Conservação Internacional (CI) e tem como objetivo promover um maior entendimento do valor econômico da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Os primeiros resultados estão previstos ainda para 2013. Imagina-se que no futuro esta abordagem será considerada por todos os níveis, estados e municípios e igualmente pelas empresas, onde um grupo pioneiro já começa a movimentar-se neste sentido. Seguindo a abordagem global, está sendo elaborado o “TEEB para o Setor de Negócios Brasileiro”. O intuito é fornecer subsídios para orientar as empresas, o governo e a sociedade sobre como reconhecer, compreender e internalizar



os benefícios associados à gestão estratégica da biodiversidade nos negócios. O relatório preliminar foi lançado pela CI durante a Rio+20.

Aliar transferência de renda aos mais pobres e conservação ambiental, com metas de abrangência nacional, é sem dúvida um ganho expressivo em termos de política socioambiental. Igualmente relevante é o início dos estudos que visam à incorporação do capital natural nas contas nacionais. Ambos os temas são em alguma medida novos em termos mundiais, e pelo menos na questão da contabilidade a ONU tem desenvolvido estudos

e casos práticos em parceria com vários países e estes poderão servir de fonte de intercâmbio e aprendizagem ao Brasil. É possível verificar, ainda que de forma lenta e localizada, uma maior cooperação entre ministérios sobre assuntos que envolvem biodiversidade como será exemplificado ao longo deste documento. No entanto, uma estratégia nacional que considere os valores da biodiversidade passa por um processo estrutural que compreende a discussão e a definição de um modelo de desenvolvimento como nação, o que se distancia em muito da recorrente discussão sobre fórmulas de crescimento.

DESTAQUES DA META

- Redução da pobreza e o uso racional dos recursos naturais foram eleitas um dos eixos centrais da Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20;
- Pela primeira vez o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) traz o cálculo da pegada ecológica dos países, significando que o capital natural também passa ser considerado como indicador de desenvolvimento humano;
- Lançamento de um novo indicador, o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), que passará a ser medido a cada dois anos, em adição ao PIB e IDH, também originado pelo sistema ONU e voltado para incentivar a sustentabilidade;
- Ampliação do Programa Bolsa Verde originalmente para a Amazônia para o restante do país. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome quase metade das pessoas em situação de extrema pobreza está no campo;
- Elaboração do TEEB-Brasil (A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade), conduzido pelo MMA, Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) e Conservação Internacional (CI), com o objetivo de promover um maior entendimento do valor econômico da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos

• Ampliar o acesso à saúde, educação, infraestrutura sanitária, necessidades básicas entre tantas outras necessidades básicas que precisam ser alcançadas valorizando-se o capital natural e não o ignorando na contabilidade da nação, em todos seus biomas;

• O Programa Bolsa Verde tem a meta de incluir em 2014 no programa até 73 mil famílias, parte importante delas em zonas rurais da Mata Atlântica, ampliando os esforços para a erradicação da pobreza em áreas rurais ao mesmo tempo que incentiva a conservação dos recursos naturais do país;

• Subsidiar e orientar as empresas, o governo e a sociedade sobre como reconhecer, compreender e internalizar os benefícios associados à gestão estratégica da biodiversidade nos negócios, a partir da elaboração do TEEB para o Setor de Negócios Brasileiro, considerando-se que mais de 60% do PIB brasileiro concentra-se no Domínio da Mata Atlântica, tais políticas são fundamentais para a conservação, o uso sustentável e a recuperação do bioma.

DESAFIOS QUE PERMANECEM

Meta 3 - Até 2020, no mais tardar, incentivos lesivos à biodiversidade, inclusive os chamados subsídios perversos, terão sido eliminados ou reformados, ou estarão em vias de eliminação visando minimizar ou evitar impactos negativos. Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e aplicados, de forma consistente e em conformidade com a CDB e outros compromissos internacionais relevantes, levando em conta condições socioeconômicas nacionais

Os subsídios perversos são aqueles que induzem práticas que degradam o capital natural e, portanto promovem um desinvestimento ao criar distorções. O mapeamento e a eliminação destes subsídios, que geralmente são apoiados por lobbies extremamente poderosos, além do efeito benéfico em si, podem sinalizar mudanças importantes no comportamento dos agentes, principalmente dos financeiros, mas também organizar e orientar a ação governamental. Um dos aspectos mais lesivos dos subsídios é o viés que os mesmos podem criar dando impulso a atividades com, a possibilidade de impactar não só diretamente a biodiversidade, mas também indiretamente. Créditos mal direcionados apoiarão modelos de produção, consumo e crescimento que não estão em consonância com o desenvolvimento sustentável.

Felizmente, ao longo dos anos tem-se visto o aumento de mecanismos de incentivo à conservação e uso sustentável da biodiversidade. Os incentivos, por sua vez, dispensam em parte o exercício estatal do poder de polícia, já que pela consequência da conduta do particular, o benefício do incentivo fica em âmbito privado beneficiando igualmente a coletividade.

Não por outro motivo, é cada vez mais notório o uso de incentivos nas previsões normativas do direito, principalmente em matéria de meio ambiente. Em âmbito federal, cite-se a Lei 1.428/2006, a qual tratou da utilização e proteção da vegetação nativa

do Bioma Mata Atlântica. A Lei da Mata Atlântica, como ficou nacionalmente conhecida, prevê que, sem prejuízo das obrigações assumidas pelos proprietários e posseiros, poderiam ser concedidos incentivos econômicos para estimular a proteção e o uso sustentável do bioma (artigo 3). A mesma lei, no artigo 41, ainda prevê a concessão de incentivos creditícios para o proprietário ou posseiro que tenha vegetação primária ou secundária em estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica. Com isso, os pequenos produtores rurais e as populações tradicionais terão prioridade na concessão de crédito agrícola.

Dois dos mais conhecidos instrumentos econômicos são o ICMS-Ecológico (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e o pagamento por serviços ambientais (PSA). Alguns dados disponíveis para 2012 para o ICMS ecológico são do Estado de São Paulo, que repassou R\$ 107 milhões de reais aos

municípios (Tabela 1) e do Estado do Rio de Janeiro, com R\$ 172 milhões de reais.

Atualmente dos 17 Estados da Mata Atlântica apenas Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte não possuem o instrumento do ICMS Ecológico (Figura 1).



Figura 1 Porta eletrônico ICMS Ecológico no Brasil, The Nature Conservancy, 2013.

Tabela 1. Os 10 municípios com os maiores índices de preservação do Estado de São Paulo e o respectivo repasse de ICMS Ecológico em 2012.

	MUNICÍPIO	% do município abrangido por UCs (ponderada)*	R\$ recebidos Em 2012 **	% do critério ambiental no total do IPM
1	IGUAPE	43,50 %	5.812.959,42	54,60 %
2	BARRA DO TURVO	51,83 %	3.917.010,60	58,68 %
3	ELDORADO	32,73 %	3.885.973,01	51,22 %
4	IPORANGA	41,51 %	3.822.475,75	73,77 %
5	CANANÉIA	39,92 %	3.661.980,05	61,64 %
6	UBATUBA	61,51 %	3.443.149,64	18,95 %
7	PEDRO DE TOLEDO	60,67 %	3.204.947,68	62,53 %
8	SÃO PAULO	7,68 %	2.694.642,26	0,05 %
9	BERTIOGA	57,85 %	2.516.439,74	15,46 %
10	CARAGUATATUBA	54,86 %	2.399.780,21	8,71 %

*A porcentagem se refere ao total de áreas protegidas, aplicando-se o peso correspondente, conforme determina a Lei. No caso de sobreposição, é considerada a área de maior peso.

**valores aproximados

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente/SP.

Em levantamento liderado pelo MMA, verifica-se que o número de iniciativas de PSA cresce continuamente, no entanto, os custos envolvidos limitam o ganho de escala tão necessário para impactar positivamente o cenário da conservação ambiental. Este assunto e os resultados da publicação “Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica” (Figura 2) serão abordados em mais detalhes na meta 14.



Figura 2. Publicação “Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica, 2012.

O programa Bolsa Verde, também é um incentivo, desta vez focado em famílias residentes em unidades de conservação, assentamentos da reforma agrária e áreas de ribeirinhos agroextrativistas para a promoção da conservação dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais. O valor de R\$ 300,00 por família a cada trimestre está vinculado ao monitoramento das ações das comunidades beneficiadas. O monitoramento do desmatamento é assim complementado com visitas de campo amostrais para verificação da adequação e respeito às regras da política pública.

Em termos de mecanismo de incentivo o Rio de Janeiro inicia a Bolsa Verde com destino a comercializar ativos ambientais, sendo o exemplo mais recente de que a conservação ambiental é cada vez mais percebida como oportunidade de negócios. Já existe um espaço de transação de cotas de reserva ambiental, destinado ao cumprimento de reserva legal, e a tendência é que novas áreas de negócio sejam estabelecidas.

Os esforços de eliminação ou reformulação de subsídios lesivos à conservação da biodiversidade devem passar em breve a contar com um grande aliado que é a Contabilização Nacional do Capital Natural. A partir do momento em que todos os ativos e passivos entrarem nas contas, o verdadeiro balanço e expressão da riqueza poderá ser mais

bem visualizado. Hoje o quadro geral é de uma clara ampliação de subsídios que vão contra a ideia de desenvolvimento sustentável. A política nacional de desenvolvimento tem sido de crescimento pautado no aumento do consumo, como a isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), ou na ratificação de processos dominantes de produção, como nas isenções fiscais dadas à agrotóxicos (Vide Meta 8).

Do lado dos incentivos à conservação e uso sustentável da biodiversidade, a avaliação é de que estes são amplamente aceitos e há uma tendência de consolidação dos mesmos na medida em que os processos vão sendo testados e adaptados. Os PSA em biodiversidade ocorrem em quantidade bem menor pela dificuldade de se mensurar e valorar a mesma, mas devem se expandir nos próximos anos já que metodologias estão sendo desenvolvidas e testadas em várias partes do mundo (Vide Meta 14).

DESTAQUES DA META

- O Programa Bolsa Verde foi em 2012 um mecanismo importante de incentivo à conservação e uso sustentável da biodiversidade adotado no Estado do Rio de Janeiro;
- Alguns avanços e ampliação dos incentivos econômicos à conservação e uso sustentável da biodiversidade, previstos na Lei da Mata Atlântica 1.428/2006 especialmente quanto ao ICMS-Ecológico (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);
- Clara ampliação de subsídios lesivos que vão contra a ideia de desenvolvimento sustentável. A política nacional de desenvolvimento é de crescimento pautado no aumento do consumo, como a isenção de IPI ou na ratificação de processos dominantes de produção, como nas isenções fiscais dadas à agrotóxicos.

- Incentivar a ampliação dos mecanismos econômicos voltados à conservação e uso sustentável da biodiversidade nos estados e municípios do bioma;
- Adequar o plano de créditos estimulando e criando modelos sustentáveis de produção que integrem o desenvolvimento econômico ao equilíbrio socioambiental;
- Ampliar os esforços de eliminação ou reformulação de subsídios lesivos à conservação da biodiversidade, iniciativa que deve passar em breve a contar com um grande aliado que é a Contabilização Nacional do Capital Natural.

DESAFIOS QUE PERMANECEM

Meta 4 - Até 2020, no mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão adotado medidas ou implementado planos de produção e consumo sustentáveis e terão conseguido restringir os impactos da utilização de recursos naturais dentro de limites ecológicos seguros

Há questão de três anos, uma instrução normativa do Ministério do Planejamento (IN MPOG1/ 2010)

definiu regras para compras governamentais sustentáveis que envolvem os processos licitatórios de contratação de bens, serviços e obras públicas. As compras públicas sustentáveis devem considerar critérios ambientais, além dos econômicos e sociais, em todos os estágios do processo de contratação, transformando o poder de compra governamental em um instrumento de proteção do meio ambiente. A medida deve alcançar grande impacto uma vez que o governo federal, sozinho, contratou quase R\$ 50 bilhões em 2009 (IPEA, 2011). Tem sido assim em várias partes do mundo, sendo que em alguns países europeus o processo de compra sustentável iniciou-se na década de 90.

No ano de 2012, o poder público federal trouxe um

importante avanço ao reafirmar e regulamentar as práticas de aquisições de bens e serviços sustentáveis do setor. O Decreto Federal 7.746/2012⁹ estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP). As compras públicas representam uma fatia substancial da economia sendo que no Brasil elas movimentam, nos diversos níveis de governo, cerca de 10% do PIB (Moura, 2012).

Ainda no âmbito da administração pública federal destacam-se duas iniciativas recentes relacionadas ao tema. Para o governo federal, o Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis, instituído em 2011 é o documento que estrutura as ações de governo, do setor produtivo e da sociedade que direcionam o Brasil para padrões mais sustentáveis de produção e consumo. O plano busca articular as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do país, sendo que no primeiro ciclo, de 2011 a 2014, concentrará esforços em: (i) educação para o consumo sustentável; (ii) varejo e consumo sustentável; (iii) aumento da reciclagem; (iv) compras públicas sustentáveis; (v) construções sustentáveis; (vi) agenda ambiental na administração pública¹⁰.

Outra iniciativa é o projeto Esplanada Sustentável (Portaria Interministerial 244/2012)¹¹, iniciativa conjunta de quatro ministérios: Planejamento; Meio Ambiente; Minas e Energia; e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, de maneira a promover a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na administração pública federal. Em sua fase inicial, o projeto promoverá a divulgação e estimulará a implantação dos principais programas de sustentabilidade do governo federal. Segundo informações do Ministério do Planejamento, até setembro de 2012 apenas 1% das compras da administração pública federal tiveram critérios de sustentabilidade, no entanto, há um quadro

9 <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=06/06/2012&jornal=1&pagina=9&totalArquivos=232>. Acessado em 8/4/2013.
10 <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional>. Acessado em 8/4/2013.
11 http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/Ptr_Intermin_244_de_060612.pdf. Acessado em 8/4/2013.

evolutivo significativo, pois houve um crescimento de 194% em relação ao ano anterior para o período de janeiro – setembro.

Apesar da evolução do arcabouço jurídico e da produção de conhecimento no assunto, há vários gargalos a serem transpostos, entre eles, a capacitação dos técnicos envolvidos em compras e o desenvolvimento de fornecedores que operem em novos padrões. Esta é uma das indicações do Programa de Compras Sustentáveis do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV CES), lançou no ano passado uma publicação referencial sobre o assunto. As compras institucionais constituem-se em alavanca para transformar padrões produtivos e as formas de se comprar e consumir, criando desta forma maior massa crítica e informações consolidadas para progressos mais rápidos e consistentes (BETIOLET al., 2012).

No âmbito estadual, também há iniciativas especialmente na região da Mata Atlântica. O que há alguns anos eram orientações, passaram a se constituir programas e políticas efetivas, como foi o caso de Minas Gerais. Grande parte deste esforço teve como indutor o ICLEI (Governos Locais para a Sustentabilidade) focado em desenvolvimento sustentável e cujo tema compras públicas sustentáveis tem sido trabalhado desde 2004. No Brasil, o trabalho ganhou força em 2007 com o projeto Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil, com a participação de três governos piloto: a cidade de São Paulo e os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Além destes estados, também podem ser citados o Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Bahia, entre outros que estão participando de capacitação junto ao governo federal.

Em 2012, geograficamente, as aquisições

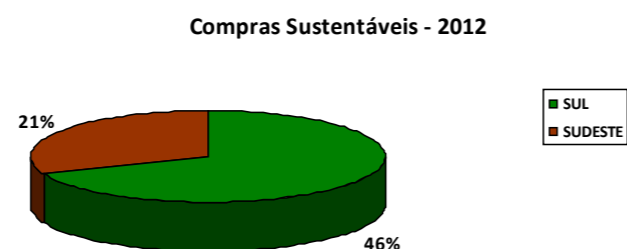


Gráfico 6. Gráfico demonstrativo das aquisições sustentáveis

sustentáveis (Gráfico 6) ficaram mais concentradas nas regiões Sul e Sudeste, movimentando R\$ 12 milhões (46%) e R\$ 5,5 milhões (21%), respectivamente. Destaque para os órgãos do Estado do Rio Grande do Sul, que responderam por 45% de todas as compras sustentáveis (R\$ 11,7 milhões)¹².

Outro dado relevante sobre compras sustentáveis coloca as pequenas e microempresas em situação de destaque. Fica evidente que este perfil empresarial pode ser um caminho de crescimento para um segmento que representa 99% das empresas do país e responde por 52% dos empregos formais¹³. Segundo pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) sobre pequenas empresas e sustentabilidade, dos R\$ 40 milhões gastos nas licitações sustentáveis em 2012, 57% foram pagos para as micro e pequenas empresas. Em apenas dois anos, a participação dos empreendimentos de micro e pequeno porte nesse tipo de compra pública cresceu de R\$ 6,6 milhões em 2010 para R\$ 22,4 milhões em 2012, o que representa um crescimento de 115%. Os dados demonstram também que 79% dos donos dos pequenos negócios sabem que as ações sustentáveis podem atrair mais clientes e que a sustentabilidade está fortemente associada às questões ambientais, sociais e econômicas (SEBRAE, 2013).

No final de 2011 a CDB (Convenção sobre

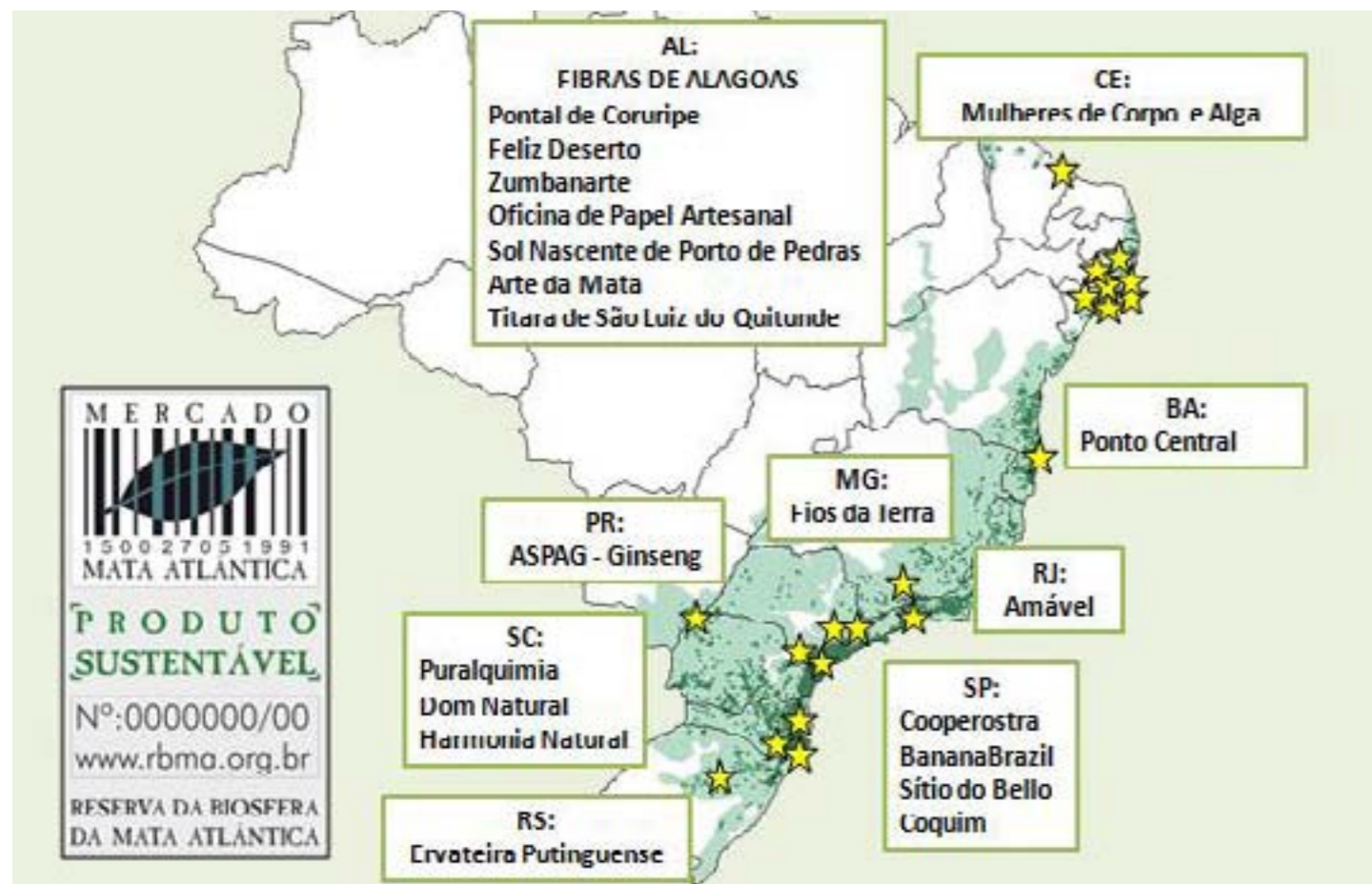
12 <http://www.governoeletronico.gov.br/noticias-e-eventos/noticias/compras-sustentaveis-tem-crescimento-de-194-ate-setembro-de-2012>. Acessado em 10/4/2013.
13 MPE Indicadores – Pequenos Negócios no Brasil. Acessado em 2/4/2013. http://www.agenciaSEBRAE.com.br/indicadores/apresentacao_mpe_indicadores.pdf. Acessado em 2/4/2013.

Diversidade Biológica) lançou a Plataforma Global de Negócios e Biodiversidade, cujo papel é disseminar informações entre as inúmeras iniciativas nacionais, na facilitação do diálogo entre stakeholders de todo o globo e na apresentação de inovações na área de conservação e pesquisa de novas ferramentas que possam ser utilizadas pelo setor de negócios na inserção da temática biodiversidade em suas estratégias de gestão. A Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade, resposta do país a este movimento, foi lançada em junho de 2012, pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Movimento Empresarial pela Biodiversidade Brasil (MEBB) e Instituto LIFE e indica uma crescente participação do setor empresarial nos debates e movimentos acerca do desenvolvimento sustentável e da biodiversidade conforme poderá ser visto em outras partes deste documento.

A iniciativa privada conta ainda com o GRI (Global Reporting Initiative), uma ferramenta de comunicação de seu desempenho o que deve poder promover mais transparência e filtro social sobre os aspectos produtivos das empresas. A GRI é uma organização não governamental cujo foco é promover padrão de relatoria em sustentabilidade. O desempenho ambiental é medido sobre cinco aspectos: (i) materiais; (ii) energia; (iii) água; (iv) biodiversidade e (v) emissões, efluentes e resíduos. Destacamos aqui os indicadores de biodiversidade, os quais cobrem pontos de alta relevância para a CDB (Tabela 2).

Tabela 2. Indicadores de biodiversidade – Global Reporting Initiative

EN11 Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade, fora das áreas protegidas.
EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
EN13 Habitats protegidos ou restaurados.
EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.
EN15 Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.



Atualmente, o Brasil é um dos países com maior número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade. No formato GRI, o mais difundido mundialmente, foram 160 no ano de 2010. Para a versão G4, a ser implementada a partir de junho de 2013, entre vários temas, esteve em consulta e debate a inclusão de indicadores sobre serviços ecossistêmicos.

Neste aspecto, quem saiu na frente foi o International Finance Corporation (IFC), braço financeiro privado do Banco Mundial. Com validade a partir de janeiro de 2012, o Padrão 6, relativo à conservação da biodiversidade, foi incrementado com o requerimento de observância à gestão dos serviços ecossistêmicos. O IFC é referência na constituição e avaliação de risco ambiental e social nos negócios de financiamento de projetos.

Na perspectiva do consumo, o perfil do brasileiro é desenhado a partir de pesquisas de opinião sobre consumo sustentável e biodiversidade. Segundo o Instituto Akatu, que desde 2002 publica pesquisa sobre consumo sustentável, o consumidor brasileiro tem pouca familiaridade com a noção de sustentabilidade, que é menos tangível para ele do

que ecologia e meio ambiente, identifica-se assim o desafio de traduzir esta ideia em ações práticas e cotidianas ao cidadão. Já a pesquisa de 2012 sobre hábitos de consumo e tendências de mercado coordenada pela UEBT, 41% dos consumidores no Brasil disseram prestar atenção aos valores sociais e ambientais das marcas.

Em pesquisa que buscou dimensionar o consumo sustentável no país em 2012, o WWF-Brasil e o IBOPE Inteligência mostraram que 34% dos brasileiros seriam capazes de abrir mão de produtos e suas necessidades como prática indispensável para preservação dos recursos naturais do planeta para as próximas gerações.

Sobre exigir dos fabricantes soluções para o impacto ambiental causado por seus produtos, 33% indicaram disposição e 29% afirmaram que poderiam exigir programas de educação para o consumo responsável. Adicionalmente, 28% demonstram disponibilidade em participar de movimentos na sua comunidade, divulgando boas práticas de consumo e descarte, e 23% seriam capazes de deixar de comprar produtos não recicláveis ou reutilizáveis.



Todos esses dados refletem o fato de que apesar de dar importância para os valores das marcas, o consumidor não tem informações suficientemente concretas para embasar suas escolhas de compra. Os dados indicam que o consumidor sabe que a sustentabilidade pode ser um critério de compra, dá valor às implicações socioambientais das suas escolhas, mas o efetivo uso deste filtro está atrelado a vários fatores tais como informação prática e didática que o ajude na tomada de decisão, além de preço e variedade na oferta.

A sustentabilidade das cadeias produtivas da sociobiodiversidade também conquistou no último período importante avanço. Uma iniciativa de destaque é o Programa Mercado Mata Atlântica do RBMA (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica) que desenvolveu não só indicadores de sustentabilidade para várias cadeias, mas também as diretrizes de manejo sustentável do pinhão (*Araucaria angustifolia*). No primeiro caso, foram elaborados indicadores para as quatro cadeias prioritárias assim definidas pelo Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: juçara (*Euterpe edulis*), piaçava (*Atallea funifera*),

pinhão e erva mate (*Ilex paraguariensis*). Foram também elaborados planos de ação para melhorias da cadeia da juçara e da piaçava. Para o manejo sustentável do pinhão, foram desenvolvidas de forma participativa¹⁴, diretrizes que se constituirão em anexo a Instrução Normativa Conjunta (MMA/MAPA) 17/2009, que aprovou as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável.

Vale destacar a criação do Selo de Origem "Mercado Mata Atlântica - RBMA", marca já registrada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que possui princípios e critérios voltados às boas práticas e ao compromisso com a ecologia, a cultura, a sociedade e a economia local. É destinado a produtos produzidos com matérias primas oriundas de extrativismo ou de cultivos em sistemas agroecológicos, de processos artesanais, por povos e comunidades tradicionais e agricultores

¹⁴ O processo contou com a participação de 107 pessoas, envolvendo diversos atores como pesquisadores, técnicos governamentais e não governamentais, redes de serviços, extrativistas, produtores e comunidade local dos estados de RS, SC, PR, SP e MG. <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=06/06/2012&jornal=1&pagina=9&totalArquivos=232>. Acessado em 8/4/2013.

OBJETIVO ESTRATÉGICO A

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

familiares ou micro e pequenas empresas, estando o empreendimento inserido na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Pretende consolidar-se como um referencial para consumidores de produtos da Mata Atlântica compromissados com a sustentabilidade. Em 2012, foram selecionados e aprovados 20 empreendimentos como pilotos do Programa que receberam o Selo Mercado Mata Atlântica.

Destaque também de grande sucesso e reconhecimento em 2012 foi a realização, na RIO + 20, do Seminário Cadeias da Sociobiodiversidade, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente com apoio de diferentes iniciativas e programas desenvolvidos nos diversos biomas brasileiros.

O cenário geral para a produção e o consumo sustentável é de muitas novidades. O governo federal

está iniciando uma bem vinda política com outros ministérios, ciente do papel que o poder de compra do estado tem na formatação de um mercado pautado na produção-consumo sustentável. O crédito empresarial também tem sido cada vez mais orientado por critérios socioambientais que devem ao longo do tempo se tornar mais completos e robustos. Na produção, as maiores mudanças estão ainda restritas aos processos de ecoeficiência que mesmo sendo necessários não são suficientes, não havendo ainda grandes evidências de que a tendência de melhorias avance mais concretamente em benefícios para a biodiversidade. Sabe-se que mudanças desta dimensão requerem uma reestruturação em aspectos estratégicos tais como cultura organizacional, modelo de negócios e tecnologia, ao menos.

Pela análise das quatro metas expostas acima, pode-se reconhecer avanços significativos e possibilidades de grande êxito quanto ao cumprimento dos compromissos brasileiros referentes ao Objetivo A.

A biodiversidade e as perdas associadas a ela são temas que embora não estejam profundamente inseridos na sociedade brasileira, mobilizam cada vez mais ao longo das últimas décadas. Notadamente desde a década de 80 quando surgiu com mais força o movimento ambientalista e a mídia passou não só a dar espaço ao assunto mas, a fazê-lo de forma mais qualificada, seja criando editoriais específicos, seja investindo em coberturas e reportagens mais elaboradas.

Políticas governamentais também demonstraram grandes avanços neste período, embora a questão ambiental e especificamente a biodiversidade ainda estejam longe de ser uma questão central, que determine ou pautem a vida política e econômica do país, ao contrário, sujeita permanentemente a retrocessos.

Pode-se constatar que o brasileiro é sensível e receptivo à temática ambiental o que significa que, apesar dos desafios de disponibilização e acesso às informações, bem como de comunicação face às dimensões geográfica e populacional do país, o panorama é altamente favorável ao cumprimento da Meta 1. O meio ambiente é motivo de orgulho e ao mesmo tempo de preocupação para os brasileiros.

Está se formando uma compreensão cada vez mais consistente, pois o cidadão também está cada vez mais exposto ao tema. Caso recente notório foi o grande destaque dado pela mídia no último ano para o Código Florestal e a grande mobilização em torno da Rio + 20.

Tem-se ampliado o espaço dado a esses temas nos canais de divulgação, especialmente pela grande mídia e também nas redes sociais. Mas

ainda é necessário maior esforço de tradução das informações e dos seus significados, além de se construir e oferecer oportunidades de participação e de manifestação. A realização da Rio + 20 no Rio de Janeiro, embora reconhecidamente fraca em decisões globais, contribuiu muito em 2012 para estes avanços no Brasil.

Um campo que pode ser melhor explorado é o de voluntariado. Segundo o IBOPE, apenas 18% da população pratica o trabalho voluntário¹⁵. Do lado empresarial, o Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial (CBVE) divulga que o número de empresas que oferece programas de voluntariado aumentou de 12 companhias em 2009 para 28 em maio de 2012. De maneira geral o cidadão é consciente sobre a questão ambiental, como por exemplo, desperdício no consumo da água, mas ao mesmo tempo mostra uma imobilidade para atitudes transformadoras. Parece haver então um bom campo a ser desbravado onde o cidadão seja chamado para a ação. O grupo de voluntários da SOS Mata Atlântica é pioneiro na área ambiental e tem sido muito bem sucedido ao longo dos seus quinze anos de existência.

A elaboração e a implementação de estratégias de comunicação dependem de conhecimento específico e de um volume de recursos financeiros ainda pouco disponível dentre os atores mais atuantes na temática da biodiversidade. Recomenda-se que um ator ou um conjunto deles com maior capacidade técnica e orçamentária desenvolva um macro planejamento onde sejam estabelecidas diretrizes estratégicas. Por exemplo, a definição de mensagens, públicos-alvo e canais prioritários.

Também pode ser formatada e disponibilizada capacitação online uma caixa de ferramentas e de material de comunicação como apoio à

DESTAQUES DA META

- Importante avanço com o Decreto Federal 7.746/2012 que definiu regras para compras governamentais sustentáveis que envolvem os processos licitatórios de contratação de bens, serviços e obras públicas. Até setembro de 2012 apenas 1% das compras da administração pública federal tiveram critérios de sustentabilidade;
- As pequenas e micro empresas estão em destaque a respeito das compras sustentáveis, sendo evidente que este perfil empresarial pode ser um caminho de crescimento para um segmento que representa 99% das empresas do país e responde por 52% dos empregos formais;
- A Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade foi lançada em junho de 2012, pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Movimento Empresarial pela Biodiversidade Brasil (MEBB) e Instituto LIFE e indica uma crescente participação do setor empresarial nos debates e movimentos acerca do desenvolvimento sustentável e da biodiversidade.
- Embora pesquisas realizadas pelo Instituto Akatu, demonstrem que o consumidor brasileiro tem pouca familiaridade com a noção de sustentabilidade, a pesquisa coordenada pela UEBT, apontou que 41% dos consumidores no Brasil disseram prestar atenção aos valores sociais e ambientais das marcas;
- Em 2012, 20 empreendimentos foram estabelecidos como pilotos do Programa Mercado Mata Atlântica da RBMA e receberam o Selo Mercado Mata Atlântica.

DESAFIOS QUE PERMANECEM

- Maior articulação das políticas públicas das instâncias federal, Estaduais e Municipais no que se refere à promoção de compras públicas sustentáveis;
- Capacitação dos técnicos e fornecedores envolvidos nos processos de compras públicas;
- Ampliar a disponibilidade de informações qualificadas e didáticas para o produtor e consumidor final a respeito do consumo sustentável;
- Ampliação da articulação entre o setor privado e público na produção e consumo sustentável;

¹⁵ <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/no-brasil- apenas-18-da-populacao-pratica-o-trabalho-voluntario.aspx>. Acessado em 18/3/2013.

implementação dos planos de ação decorrentes. Algo a ser considerado com atenção são convites para agir agora. A pesquisa da UEBT de 2010 afirma que esse chamado é particularmente motivador no país. Seria ainda, definida o plano de monitoramento e avaliação dos resultados (pesquisas de opinião).

Empresas têm um grande poder de comunicação e devem igualmente ser provocadas a considerar comunicações promotoras de maior conscientização e respeito ao valor da biodiversidade. A UEBT também mostra que no Brasil a publicidade é a segunda fonte mais importante de informação sobre biodiversidade. Com grande aquisição de serviços de publicidade, as empresas podem mudar este poder de forma criativa e ética também para informar.

As políticas de redução da pobreza no Brasil sem dúvida alcançaram grandes avanços nos últimos 10 anos. O Programa Bolsa Verde do Governo Federal é uma política inovadora que integra de inclusão social e conservação ambiental. É necessária, no entanto, uma agenda política prioritária, com ampla participação de ministérios e órgãos do governo federal, além de uma articulação com estados e municípios. Uma agenda a ser desenvolvida, por exemplo, é aquela que promova a cadeia socioambiental de produtos. Recursos bem

direcionados podem estimular micro e pequenos empreendimentos baseados no conhecimento local e no uso sustentável do capital natural. As micro e pequenas empresas são conhecidas por gerarem a maior quantidade de empregos no país e na sua versão “verde” podem igualmente estimular a economia do país e possibilitar a inclusão social. De qualquer forma, se a biodiversidade terá ou não real valor para os brasileiros, se este valor poderá agregar à meta de redução da pobreza, e no caso do Brasil, ainda da desigualdade, dependerá fundamentalmente do que a sociedade definir como seu modelo de desenvolvimento. Embora a inclusão do capital natural nas contas nacionais conte com iniciativas em andamento, inclusive em países da América Latina a questão ainda está no nível de organismos internacionais e governos nacionais. Espera-se que com os primeiros resultados dos trabalhos do IPEA, o Brasil passe a discutir o assunto em um grande debate nacional sobre o seu modelo de desenvolvimento.

Incentivos positivos têm se consolidado e ampliado, vide ICMS-Ecológico e PSA, e novos formatos têm surgido. Seria muito positiva uma análise global de todas estas iniciativas, considerando o país e cada um dos seus biomas, a qual pudesse fornecer dados mais concretos do grau de esforço que está sendo

empreendido, tais como recursos investidos, área abrangida, pessoas/famílias beneficiadas, resultados de conservação, atingido e, sobretudo o quanto estes estão aquém do necessário de maneira que se pudesse otimizar ações, aprendizado e avanços significativos com a premência que o assunto requer. A legislação prevê alguns incentivos que precisam ser implementados mas a estruturação destes mecanismos é extremamente morosa. Adicionalmente, têm surgido formas inovadoras como o mercado de títulos lastreados nas Cotas de Reserva Ambiental para Entrega Futura (CRAFT) da Bolsa Verde do Rio de Janeiro que atua na interface entre meio ambiente e finanças sustentáveis e almeja promover o cumprimento mais eficiente da legislação (ver Meta 20). A respeito dos subsídios perversos, recomenda-se o mapeamento sistemático dos mesmos e a definição de estratégias de ação para que se minimize a postura reativa a poderes estabelecidos em momentos de embate no congresso ou nos demais órgãos do poder público.

No que se refere à produção e consumo sustentável, o levantamento realizado para este estudo deixou clara a evidência do assunto. Há boa quantidade e qualidade de informações disponíveis, bem como a oportunidade de que novas iniciativas decorem a partir desta base estabelecida. Já existem experiências de normativas (no caso de São

Paulo com sete anos de existência), de programas (públicos e privados), critérios, indicadores e publicações sobre o assunto.

Ainda não foram publicados resultados detalhados das políticas públicas de compra sustentável para que se possa fazer uma melhor avaliação do impacto alcançado. Os processos em curso estão mais alinhados à ecoeficiência na medida em que focam produtos com uso menos intenso de energia, papel e outros insumos. Imagina-se que, fora alguns nichos como madeira, o caminho de compras sustentáveis que envolveram uma maior amplitude de ativos da biodiversidade seja mais longo. Identifica-se, no entanto, que haverá um momento de ajuste entre oferta e demanda, ou seja, uma lacuna entre a indução e a resposta do mercado para atender novos critérios. Além disso, a participação das empresas na conferência RIO + 20 foi bastante expressiva o que no mínimo aponta para uma percepção de que esta agenda veio para ficar e terá que ser equacionada para a perenidade dos negócios. É necessário, todavia uma atenção especial ao setor minerário de obras de infraestrutura e do agronegócio que, pela sua importância econômica e territorial no Brasil são centrais na discussão de um modelo de descobrimento sustentável para o país, foco do objetivo A da CBD.

